

Através de estudos históricos – baseados em documentos – e recentemente com etnografias e laudos antropológicos conhecemos mais das complexas experiências dos quilombos e suas comunidades remanescentes. Há indícios de sua existência desde o século XVI. Tanto no passado, como no presente, estes agrupamentos não se organizaram isolados da cultura e sociedade envolvente. Entre seus múltiplos significados, estão a reação contra a estrutura escravocrata, formas de protesto e ocupação de terra.

No Brasil, no período colonial e no pós-colonial, tais comunidades chegaram a reunir milhares de habitantes. Podiam estar localizados de próximos aos engenhos e engenhocas, em áreas de produção de alimentos, de mineração, em terras devolutas ou de fronteiras econômicas, assim como nas regiões de sertões, ocupadas por grupos indígenas ou de fronteiras internacionais como no caso das Guianas. Em muitas regiões brasileiras, os quilombos desenvolveram práticas e produções integradas às economias locais e suas complexas relações sociais. Apesar de não serem agrupamentos fixos e sem transformações, alguns quilombos foram reconhecidos historicamente como comunidades de camponeses independentes.

Os habitantes destas áreas eram denominados de quilombolas ou mocambeiros. Estes são os termos que aparecem na documentação desde o século XVI, variando para cada região. Como uma das principais características destes agrupamentos e de suas atividades, destaca-se a criação da chamada economia camponesa. O fato dos quilombolas não procurarem se estabelecer muito afastados de estradas e locais onde pudessem realizar trocas mercantis e escoar suas produções, mesmo que algumas delas fossem incipientes, improvisadas e provisórias, fez com que desenvolvessem meios de sobrevivência vinculados ao cotidiano de suas proximidades. Assim sendo, geravam parcerias e contavam com a proteção de taberneiros, pequenos lavradores e principalmente dos homens e mulheres que ainda viviam nas senzalas. Em muitas localidades e em diferentes contextos ocorreram inserções dos quilombolas. Um dos exemplos recorrentes se deu através do cultivo de pequenas roças e da venda de seus resultados

Outro relato que chegou até os dias atuais diz respeito às irmãs Francisca e Mendecha Ferreira, que com mais quatro mulheres, numa atitude de resistência, fugiram das senzalas em busca de um lugar com liberdade e segurança. A história oral aponta o início do século XIX, mais precisamente 1802, como ano em que as seis mulheres chegaram à

Encontram-se ainda alguns escritos sobre uma rainha, não se sabe se africana ou brasileira, de nome Teresa, que teria sido a líder do quilombo de Quariterê, no Mato Grosso. Diz-se que após chefiar a fuga de um grupo de negros e índios, instalou-se próximo a Cuiabá, não muito longe da fronteira com a atual Bolívia. Durante duas décadas, Teresa impôs tal organização a Quariterê, que o quilombo sobreviveu por duas décadas, até 1770. Contava com um parlamento, um conselheiro da rainha e um sistema de defesa com armas trocadas com os brancos ou furtadas nas propriedades vizinhas. No mocabo, além do uso da forja, mantinham uma agricultura de algodão e de alimentos muito desenvolvida, assim como possuíam tearas com os quais fabricavam tecidos.

A documentação histórica dos quatro primeiros séculos apresenta pouca informação sobre a estrutura interna destes quilombos. A maior parte dos registros são denúncias ou relatos de expedições punitivas. Quase nada existe de testemunho dos próprios quilombolas, mas, sim, daqueles que tentaram destruí-los. Há um enorme silêncio sobre as mulheres mocabebiras nestas fontes. Surgem muito mais perguntas do que respostas a respeito delas. Em alguns grandes quilombos aparecem indícios de lideranças femininas, assim como das estratégias utilizadas pelos habitantes de manterem suas famílias protegidas. Há indicações de que Acotirene e Aquiltune foram mulheres que exerceram influência no célebre quilombo de Palmares, em Alagoas.

no comércio ambulante, essas negociações eram geralmente feitas por aqueles que permaneciam no val e vem das ruas e mercados vizinhos. Formava-se assim um campesinato, articulando quilombolas, libertos, escravizados, vendedores, taberneiros e lavradores. Na primeira metade do século XIX, a inglesa Maria Graham escreveu algumas palavras sobre este tipo de articulação. Ao narrar uma de suas estadias no Rio de Janeiro, menciona que uma mulher negra de nome Ana intermediava a venda de frutas, ovos e outros utensílios produzidos por um grupo de fugitivos.

Provavelmente em alguns mocambos a população feminina fosse bem maior do que a documentação tem até aqui apontado. Como tática, alguns grupos mantinham suas mulheres e crianças em locais mais seguros, em acampamentos afastados, onde dificilmente seriam encontrados pelas expedições de captura. Certamente sua quase ausência nas fontes e narrativas da época – assim como nos estudos atuais – nada tem haver com a sua importância nas histórias dos quilombos, tanto do passado, quanto do presente. Assim como em outras centenas de comunidades negras rurais espalhadas de norte a sul

Do pouco que se sabe, pode-se supor que nas inúmeras comunidades quilombolas a participação das mulheres foi determinante e fundamental, tanto na manutenção prática, com o abastecimento de provisões, confecção de roupas e utensílios, quanto na preservação de valores culturais e religiosos. Em alguns mocambos elas representavam o elo de ligação com as divindades e fortaleciam o espírito combativo de seus habitantes. Através de seus ritos e práticas litúrgicas enraizavam o sentimento de proteção dos quilombolas em suas caçadas e enfrentamentos com as tropas de captura. Muitas vezes, em transe, as mocambeiras previam a aproximação e ataques de patrulhas inimigas. Podiam ainda assumir a responsabilidade pelo trabalho agrícola das comunidades e pela preparação dos alimentos, embora também acompanhassem os guerreiros em seus combates. Além de lutarem lado a lado com os homens, elas exerciam, frequentemente, funções logísticas significativas, transportando alimentos, pólvora e armamentos, assim como removendo e cuidando dos feridos.

região de Salgueiro, em Pernambuco, onde fundaram a comunidade hoje conhecida como Conceição das Criolas. Outra liderança mocambeira teria sido Zacimba Gamba da capitania do Espírito Santo. Há ainda o nome de Mariana Crioula do quilombo de Manuel Congo, que em 1838, após uma grande rebelião, se instalava no interior da então província do Rio de Janeiro. Outra foi Zefrina, que na década de 1820, comandava os combatentes do quilombo de Urubu em uma revolta ocorrida nos subúrbios de Salvador, Bahia. Fala-se também de Felipa Maria Aranha, que teria chefiado um grande mocambo entre Grão-Pará e Tocantins em meados do século XIX e ainda há anotações sobre Mãe Domingas, responsável pelo surgimento da comunidade quilombola de Tapagem, a margem direita do Rio Trombetas, no Pará.

Observando-se os nomes das áreas remanescentes atuais, encontram-se inúmeras referências femininas. Em Alagoas esta localizada a comunidade de Serra das Morenas, na Bahia, as de Lagoa da Negra, Lagoa Duas Irmãs e Paraminin das Crioulas; em Minas Gerais, a Burity

Houve também aquelas que conseguiram recursos e adquiriram seu pedaço de terra. Por volta de 1860, Eva Barreto comprou o sítio de Santa Rita de Cássia, em Capivari, no interior de São Paulo. A aquisição desta área, de seu “ex-senhor”, foi fruto de anos de redobrado trabalho. Outro destes registros se deu anos mais tarde, por volta de 1905, com Eva Maria de Jesus. Vinda de Goiás, ela arrematou um terreno, onde agregou pessoas para construir uma igreja, se tornando assim a primeira moradora da comunidade de São Benedito, nos arredores de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Em todas as regiões do país encontram-se inúmeros registros de heranças ou doações de terras às ex-escravizadas. Em muitos destes documentos observa-se uma introdução: “por reconhecimento ao seu trabalho e devoção”. Faz-se importante mencionar alguns poucos exemplos de como se originaram outras tantas comunidades negras rurais – Benedita Angélica recebeu e transformou seu legado na hoje conhecida Comunidade de Cabral. Bem próximo dali, as ex-cativas Maria Antonica, Marcelina e Maria Luiza se instalaram em terras herdadas e fundaram o Campinho da Independência. Ambas estão localizadas no município de Parati (RJ). Em 1888, Ricarda e Joaquim Congo receberam de seu antigo “senhor” a doação de um terreno. Anos depois, o casal trocou essas terras por uma área onde hoje se situa o quilombo do Catundó, em São Paulo. No mesmo estado, em 1897, Josepha Paula Lima e seu esposo tomaram posse de sua herança, um pedaço de terra denominado Sítio da Ponte Alta, onde deram origem à Comunidade de Jão.

do Brasil, os agrupamentos do Baixo Amazonas preservam na memória algumas lembranças de suas ancestrais. Conta-se ali que nos momentos de ataques das tropas inimigas, as mulheres tinham a função de esconder o máximo possível de grãos de milho e arroz sob seus cabelos e fugirem rapidamente para o interior da floresta. Era a partir destes grãos que os habitantes dos quilombos reorganizavam suas economias em outros lugares.

do Chega Nega; no Para, a de Mãe-Cué, Narcisa e Tomásia; no Rio de Janeiro a de Maria Conga e em Sergipe, a de Maria Preta.

Diferente dos relatos das expedições anti-mocambos dos séculos XVIII e XIX, nas comunidades negras de hoje as mulheres não passam despercebidas. Ao contrário, estão presentes nos mitos de origem e na organização social, econômica e política de incontáveis povoados. As pesquisas etnográficas feitas recentemente em comunidades remanescentes de quilombos, revelam inúmeras personagens femininas, idosas e jovens, reinventando cotidianamente suas vidas, experiências e relações.

Nas últimas décadas, diversos segmentos da sociedade civil, movimentos sociais, órgãos governamentais e não-governamentais têm se mobilizado em torno do reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos. Com base em ações de posse e titulação agrária, legitimadas constitucionalmente, calculam-se milhares de comunidades rurais que lutam pelo direito as suas terras. No levantamento que está sendo feito pela Fundação Palmares já foram mapeadas, até 2004, 743 áreas em todas as regiões do país. Especialmente a partir da década de 1980, relevantes passos foram dados neste sentido, tendo o estado do Maranhão se destacado neste percurso. O I Seminário Nacional das Comunidades Remanescentes de Quilombo aconteceu em Brasília, em 1994. Com o objetivo de enfrentar o desafio de garantir políticas públicas que reconheçam a titularidade e sustentabilidade dessas terras, foi criada na Bahia, em 1996, a CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. O I Encontro Nacional das Mulheres Quilombolas ocorreu em Maceió (AL), em 2004, congregando ali representantes de 21 estados brasileiros.